

# A Geografia na Contemporaneidade

## 2

Ingrid Aparecida Gomes  
(Organizadora)

 **Atena**  
Editora

Ano 2018

Ingrid Aparecida Gomes  
(Organizadora)

# A Geografia na Contemporaneidade 2

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G345 A geografia na contemporaneidade 2 [recurso eletrônico] / Ingrid Aparecida Gomes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (A Geografia na Contemporaneidade; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-019-3

DOI 10.22533/at.ed.193182112

1. Geografia – Educação. 2. Geografia humana. I. Gomes, Ingrid Aparecida. II. Série.

CDD 910

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra *“A Geografia na Contemporaneidade- Geografia, educação e território”* aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seu II volume, apresenta, em seus 26 capítulos, discussões de diversas abordagens da Geografia humana, com ênfase na educação, comunidades tradicionais e território.

A Geografia humana engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas atuais. Esta ciência geográfica estuda as diversas relações existentes (sociais, educação, gênero, econômicas e ambientais), no desenvolvimento cultural e social.

A percepção espacial possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes, resultando na construção de uma nova visão das relações do ser humano com o seu meio, e, portanto, gerando uma crescente demanda por profissionais atuantes nessas áreas.

A ideia moderna da Geografia humana, refere-se a um processo de mudança social geral, formulada no sentido positivo e natural, temporalmente progressivo e acumulativo, segue certas regras, etapas específicas e contínuas, de suposto caráter universal. Como se tem visto, a ideia não é só o termo descritivo de um processo e sim um artefato mensurador e normalizador das sociedades, tais discussões não apenas mais fundadas em critérios de relação homem e meio, mas também são incluídos fatores como educação, comunidades tradicionais, território.

Neste sentido, este volume é dedicado a Geografia humana. A importância dos estudos geográficos dessa vertente, é notada no cerne da ciência geográfica, tendo em vista o volume de artigos publicados. Nota-se também uma preocupação dos Geógrafos e profissionais de áreas afins, em desvendar a realidade dos espaços geográficos.

Os organizadores da Atena Editora, agradecem especialmente os autores dos diversos capítulos apresentados, parabenizam a dedicação e esforço de cada um, os quais viabilizaram a construção dessa obra no viés da temática apresentada.

Por fim, desejamos que esta obra, fruto do esforço de muitos, seja seminal para todos que vierem a utilizá-la.

Ingrid Aparecida Gomes

## SUMÁRIO

### GEOGRAFIA, EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO

#### **CAPÍTULO 1 ..... 1**

COMO APRENDEMOS A ENSINAR GEOGRAFIA? A EXPERIÊNCIA DO PRÉ-VESTIBULAR SOCIAL

[Ana Carolina Lydia](#)

**DOI 10.22533/at.ed.1931821121**

#### **CAPÍTULO 2 ..... 16**

GEOGRAFIA NAS SÉRIES INICIAIS: OBSERVAÇÃO DO ENSINO E UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DO ALUNO E DO PROFESSOR NA CIDADE DE CAICÓ/RN

[Iapony Rodrigues Galvão](#)

**DOI 10.22533/at.ed.1931821122**

#### **CAPÍTULO 3 ..... 25**

O CONCEITO DE LUGAR NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS

[Ismael Donizete Cardoso de Moraes](#)

[Vanilton Camilo de Souza](#)

**DOI 10.22533/at.ed.1931821123**

#### **CAPÍTULO 4 ..... 36**

POLÍTICA PÚBLICA “ESCOLA DA TERRA”: PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA PARA OS PROFESSORES DAS ESCOLAS DO CAMPO NA BAHIA

[Cássia Hack](#)

[Celi Nelza Zülke Taffarel](#)

[Sicleide Gonçalves Queiroz](#)

**DOI 10.22533/at.ed.1931821124**

#### **CAPÍTULO 5 ..... 48**

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E AS DICOTOMIAS ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

[Reinaldo Pacheco dos Santos](#)

**DOI 10.22533/at.ed.1931821125**

#### **CAPÍTULO 6 ..... 63**

AÇÕES PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA AOS HAITIANOS NO BRASIL

[Fátima Regina Cividini](#)

[Valdir Gregory](#)

**DOI 10.22533/at.ed.1931821126**

#### **CAPÍTULO 7 ..... 76**

COMUNIDADE QUILOMBOLA DO MARACUJÁ EM CONCEIÇÃO DO COITÉ- BA: UMA LEITURA SOCIOESPACIAL DA REALIDADE.

[Romisval Silva dos Santos](#)

[Elane Bastos de Souza](#)

**DOI 10.22533/at.ed.1931821127**

**CAPÍTULO 8 ..... 83**

COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FUNDOS DE PASTO NA DEFESA PELOS DIREITOS TERRITORIAIS: O QUE ESPERAR DA LEI ESTADUAL 12.910/2013

[Vanderlei Rocha Lima](#)

**DOI 10.22533/at.ed.1931821128**

**CAPÍTULO 9 ..... 95**

O RETORNO DOS KAINGANG À TERRA INDÍGENA INHACORÁ APÓS A DESAPROPRIAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

[Alice do Carmo Jahn](#)

[Gabriela Manfio Pohia Lisboa Neris](#)

[Elaine Marisa Andriolli](#)

[Antônio Joreci Flores](#)

[Maria da Graça Porciúncula Soler](#)

**DOI 10.22533/at.ed.1931821129**

**CAPÍTULO 10 ..... 109**

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DO ASSENTAMENTO NOVA ESMERALDA DO TERRITÓRIO RURAL DOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA - RS

[Alessandra Daiana Schinaider](#)

[João Ernesto Pelissari Candido](#)

[Daiane Netto](#)

[Anelise Daniela Schinaider](#)

**DOI 10.22533/at.ed.19318211210**

**CAPÍTULO 11 ..... 118**

O ESTADO QUE DÁ COM UMA MÃO E NEGA COM A OUTRA: A ATUAL CUJUNTURA DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO BRASIL PELO Cimi

[Yasmine Altimare da Silva](#)

**DOI 10.22533/at.ed.19318211211**

**CAPÍTULO 12 ..... 127**

TERRITORIALIDADE CONSCIENCIOLÓGICA: CARACTERIZAÇÃO DE UM FLUXO MIGRATÓRIO FRONTEIRIÇO

[Cristiane Ferraro Gilaberte da Silva](#)

[Valdir Gregory](#)

**DOI 10.22533/at.ed.19318211212**

**CAPÍTULO 13 ..... 141**

TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES E O TURISMO COMO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL, PARAGUAI E ARGENTINA

[Guilherme de Barros Melo](#)

[Orlando Bispo dos Santos.](#)

**DOI 10.22533/at.ed.19318211213**

**CAPÍTULO 14 ..... 152**

TRAMAS QUE APROXIMAM A JUVENTUDE RURAL NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ: OLHARES DESDE AS IDENTIDADES, A AUTONOMIA E A TERRITORIALIDADE

[Cristiane Tabarro](#)

[Alvori Ahlert](#)

[Valdinéia Ferreira](#)

**DOI 10.22533/at.ed.19318211214**

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>165</b>
O DESEMPENHO DA POLÍTICA TERRITORIAL NO DESENVOLVIMENTO RURAL DO TERRITÓRIO VALE DO PARAÍBA	
Maria José Ramos da Silva Renata Felinto Farias Aires Rosivaldo Gomes de Sá Sobrinho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211215</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>182</b>
OS CONFLITOS NO CAMPO DO TOCANTINS: A BARBÁRIE PERMANECE	
Alberto Pereira Lopes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211216</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>193</b>
UM OLHAR SOBRE O TERRITÓRIO	
Julie Mathilda Semiguem Pavinato Emerson Ferreira da Silva Irene Carniatto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211217</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>208</b>
AS TESSITURAS DO MUNDO DO TRABALHO EM ITABAIANA-SE	
José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo Maria Morgana Santos Santana Lucas de Andrade Lira Miranda Cavalcante	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211218</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>218</b>
DO CONCRETO A MEMÓRIA: O MONUMENTO COMO REPRESENTAÇÃO	
Samuel Cabanha André Avelino Cabanha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211219</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>233</b>
ELEMENTOS ESPACIAIS E CENTRALIDADE PERIFÉRICA - O CASO DE TEFÉ NO AMAZONAS	
Kristian Oliveira de Queiroz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211220</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>249</b>
FORMAS DE ACESSO Á TERRA EM FEIRA DE SANTANA (BA): UMA ANÁLISE A PARTIR DO TERRITÓRIO.	
Ângela Carine Felix de Oliveira Matos Gilmar Oliveira da Silva Elane Bastos de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211221</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>260</b>
REPRESENTAÇÕES DOS CONSELHEIROS SOBRE A ARTICULAÇÃO CULTURA E NATUREZA NA GESTÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL SERRA DONA FRANCISCA	
Fernanda Dalonso Mariluci Neis Carelli	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211222</b>	

<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>269</b>
O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, ESPECULAÇÃO FUNDIÁRIA E O CONJUNTO HABITACIONAL NAIR BARRETO NA CIDADE DE XIQUE-XIQUE-BA	
Janes Terezinha Lavoratti Marciel Todão da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211223</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>280</b>
PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CIDADES PEQUENAS: UM ESTUDO DE GUARACIAMA/MG	
Aline Fernanda Cardoso Valéria Aparecida Moreira Costa Iara Soares de França	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211224</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>294</b>
EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA/MG, NO PERÍODO 1850/1920: POPULAÇÃO, CAFÉ E TERRITÓRIO	
Pedro José de Oliveira Machado	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211225</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>309</b>
TURISMO RELIGIOSO: UMA ANÁLISE DO SANTUÁRIO BOM JESUS DA CANA VERDE – SIQUEIRA CAMPOS – PR	
Guilherme Ferrari Oliveira Rodrigo Aparecido Mendonça Vanessa Maria Ludka	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211226</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>319</b>

## O DESEMPENHO DA POLÍTICA TERRITORIAL NO DESENVOLVIMENTO RURAL DO TERRITÓRIO VALE DO PARAÍBA

### **Maria José Ramos da Silva**

Universidade Federal da Paraíba-UEPB, Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial-NEDET, Bananeiras-PB.

### **Renata Felinto Farias Aires**

Universidade Federal da Paraíba-UEPB, Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial-NEDET, Bananeiras-PB.

### **Rosivaldo Gomes de Sá Sobrinho**

Professor do CCA/UEPB/ Coordenador do Núcleo NEDET do Território Vale do Paraíba.

**RESUMO:** Partindo da perspectiva que a política de desenvolvimento rural busca transformar o rural em um espaço economicamente rentável, povoado e sustentável; objetivou-se investigar se esta política, de fato, está contribuindo para esse processo. O trabalho foi realizado a partir das ações do Projeto, Rede dos Núcleos de Desenvolvimento Territorial Sustentável na Baixada Litorânea, fruto da CHAMADA nº 11/2014 CNPq/MDA/SPM-PR que visa apoiar a implantação e manutenção de Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET). A metodologia utilizada optou pela abordagem quali-quantitativa, através da realização de entrevistas semiestruturadas, junto aos membros do Colegiado, para os indicadores: reforma agrária, assistência Técnica e Extensão rural Ater/Ates, organização social,

conservação de forragem e processamento de produtos. Nota-se que abordagem territorial é recente e existe uma falta de compreensão, dos atores sociais, sobre o significado da proposta, dificultando sua atuação enquanto verdadeiros protagonistas de mudanças sociais.

**PALAVRA CHAVES:** Organização social; Empoderamento; Protagonista; Participação; Colegiado

**ABSTRACT:** From the perspective that rural development policy seeks to transform the country into an economically profitable space, populated and sustainable; the objective was to investigate whether this policy, in fact, is contributing to this process. The work was carried out from the project actions, Network of Sustainable Territorial Development Centers in Baixada Litorânea, fruit CALL nº. 11/2014 CNPq/MDA/SPM-PR which aims to support the implementation and Extension Center maintenance on Territorial Development (NEDET). The methodology chosen by the quali-quantitative approach through semi-structured interviews with the members of the Collegiate: land reform, Technical Assistance and Rural Extension Ater/Ates, social organization, forage conservation, and product processing. It is noted that territorial approach is recent and there is a lack of understanding of the social actors about the meaning of the proposal, making it difficult

to act as true protagonists of social changes.

**KEY WORDS:** Social organization; Empowerment; Protagonist; Participation; Board

## 1 | INTRODUÇÃO

Nos últimos anos o termo desenvolvimento rural passou a ser pautado em diversos espaços acadêmicos e políticos, como foco de transformações da sociedade, ou seja, mudanças em um determinado ambiente, “o rural”, na perspectiva da melhoria do bem-estar das populações rurais.

De acordo com Batista (2001), o rural corresponde a um lugar onde predomina grande diversidade econômica e social, marcada pelo predomínio da propriedade fundiária e suas diversas interações sociais e políticas. Ainda, para o autor, o rural é um ambiente produtivo com potencial para ser explorado economicamente, socialmente e culturalmente.

A discussão sobre a definição de rural é, praticamente, inesgotável, não cabendo nesse trabalho construir um conceito ideal mas, apenas compreender como esse espaço é visto e definido no âmbito das políticas públicas.

Apesar de ser um espaço produtivo, vemos como necessário o investimento nesse setor para promoção de melhores condições de vida aos que nele residem. A inserção de políticas públicas, nesse espaço, visa transformá-lo num local moderno, rentável e gerador de riqueza. Por outro lado, o sistema hegemônico vigente responsabiliza o rural pela atual condição “baixo investimento”, propondo mudança a partir da participação social, do acesso ao fomento e a políticas públicas, tornando-se o rural da possibilidade (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006 p. 32).

Considerando essa problemática, no ano de 2003, o governo federal iniciou a política de territorialização dos municípios rurais, considerando que esses são espaços de integração da diversidade de atores sociais, identidades culturais, interesses políticos e políticas públicas que nele se manifestam ou deveriam se manifestar.

A execução da política dos territórios está vinculada ao Programa Nacional de Apoio aos Territórios Rurais-PRONAT, inserido no Plano Plurianual (2004-2008), através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial-SDT, do Ministério de Desenvolvimento Agrário-MDA. Visando o desenvolvimento, dentro de um processo de integração, articulação e concertação de políticas públicas e organização social (GERALDI, 2012).

O Programa tem como objetivo promover e apoiar iniciativas das institucionalidades representativas do poder público e da sociedade civil dos territórios rurais que objetivem a inserção dos atores sociais nos espaços de governança, mediante três eixos estratégicos: Organização e fortalecimento dos atores sociais; Adoção de princípios à práticas da gestão social; Promoção da implementação e integração de políticas públicas (MDA, 2005).

Miranda (2012) caracteriza Território como espaço físico, dinâmico, geograficamente definido, geralmente contínuo, envolvendo campo e cidade,

determinado por critérios como: o ambiente, questões econômicas, a coletividade, a cultura, a política, as instituições e uma população com grupos sociais relativamente distintos que se relacionam.

A definição de “território rural”, além das condições acima, tem por base as microrregiões geográficas que apresentam densidade demográfica menor que 80 hab/km<sup>2</sup> e população média por município de até 50.000 habitantes, incluindo-se nesses territórios os espaços urbanos, que compreendem pequenas e médias cidades, vilas e povoados (MDA, 2005).

Para o desenvolvimento rural do território é necessário colocar em evidências as questões sociais como: organização social, a posse da terra, assistência técnica, produção agrícola e pecuária; as questões econômicas, comercialização da produção, acesso aos mercados institucionais e acesso ao crédito e, as questões culturais existentes. Partindo da valorização dos potenciais locais, do empoderamento dos atores sociais, para buscarem alternativas para suas dificuldades.

Entretanto, a configuração imposta pela abordagem territorial encontra-se em fase de adaptação, por parte dos atores sociais, que passam da conjuntura municipal à territorial, levando-se tempo para entender a proposta de desenvolvimento territorial e, conseqüentemente, para que passem de meros participantes passivos do processo, para participantes ativos, atuando na realidade territorial.

O corte geográfico escolhido é o Território Vale do Paraíba que apresenta uma população de 143.823 habitantes, composta por 11.619 estabelecimentos da agricultura familiar, 1.107 pescadores, 3 comunidades quilombolas (Matão, Grilo e Pedra D`água), 396 famílias assentadas da reforma agrária, 41.424 pessoas em extrema pobreza e 54.001 beneficiários do programa bolsa família (IBGE, 2010).

O Território do Vale do Paraíba abrange uma área de 2.790,6 Km<sup>2</sup>, constituído por 13 municípios: Aroeiras, Fagundes, Gado Bravo, Gurinhém, Ingá, Itatuba, Juarez Távora, Mogeiro, Natuba, Riachão do Bacamarte, Salgado de São Felix, Santa Cecília e Umbuzeiro, localizados na mesorregião do Agreste paraibano.

O processo de implantação da política territorial, nesse território, teve início em 2009 com a realização de reuniões itinerantes do Colegiado, nos municípios de Mogeiro, Fagundes, Salgado de São Felix, Gurinhém e Aroeiras em encontros de sensibilização, mobilização e articulação dos atores sociais. Na ocasião da realização do I Salão Estadual dos Territórios Rurais do estado da Paraíba, em junho de 2010, o Pré-território foi homologado pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (CEDRS–PB) obtendo seu reconhecimento enquanto território rural.

Em 2013, o Território do Vale do Paraíba foi incorporado ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT). O Governo do Estado, através da Secretária de Desenvolvimento Agrário e da Pesca (SEDAP), o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) celebraram o contrato de repasse tendo como objetivo apoiar as ações de Desenvolvimento Territorial, após dez anos da criação da política no Brasil.

Em 2014, o Território do Vale do Paraíba foi institucionalizado com a criação do Colegiado e a aprovação do seu regimento interno em plenária, com a denominação de Colegiado Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Vale do Paraíba-CODERVALE, constituindo-se das seguintes instâncias: Plenária Geral com 111 membros, Coordenação Territorial com 29 membros, Coordenação Executiva com 4 membros, Câmaras Temáticas de Inclusão Produtiva com 9 membros e núcleo técnico com 23 membros.

A organização e articulação colegiada são formadas por representantes tanto do poder público, como da sociedade civil. Constitui-se em um espaço de diálogo entre os segmentos existentes, que nem sempre compartilham dos mesmos interesses. Com isso é possível o estabelecimento de consensos e entendimentos sobre as estratégias e o planejamento das ações, objetivando o desenvolvimento sustentável do território (BRASIL, 2010a).

Percebe-se, portanto, o papel imprescindível que os Colegiados Territoriais possuem para o desenvolvimento sustentável dos territórios. Os colegiados conduzem e promovem as ações com uma abordagem territorial, representando as diversas instituições, segmentos e organizações existentes no território. Possuem, desta forma, um papel deliberativo e consultivo, cabendo ao seu núcleo dirigente o papel diretivo para implementação das iniciativas territoriais, representando o Território perante os entes públicos e privados, devendo sensibilizar e articular os atores sociais (BRASIL, 2010a).

Ao longo do processo de constituição desse Território percebe-se, na maioria dos atores sociais, que a identidade territorial ainda não se constituiu, e que a constituição do território rural como política pública viabilizou somente o agrupamento dos municípios. Sendo assim, o objetivo deste trabalho foi investigar se a política territorial está contribuindo no processo de desenvolvimento rural do Território Vale do Paraíba, ou seja, se as condições estabelecidas para essa abordagem territorial estão sendo desenvolvidas no território.

## 2 | MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho foi realizado a partir das ações do Projeto, Rede dos Núcleos de Desenvolvimento Territorial Sustentável na Baixada Litorânea, fruto da CHAMADA nº 11/2014 CNPq/MDA/SPM-PR que visa apoiar à implantação e manutenção de Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) no Território Vale do Paraíba, que terá o papel de articular as instituições governamentais, não-Governamentais, sociedade civil, movimentos sociais e universidades, promovendo estratégias coletivas no processo de fortalecimento do desenvolvimento territorial.

Após a aprovação do Projeto e a seleção dos assessores, esses foram a campo para compreender como se deu o processo de implementação da política no Território

Vale do Paraíba, utilizando-se, como recurso, pesquisa documental, a partir de leituras no Regimento interno, documento que aponta as funções e atribuições do Colegiado e Relatório e Atas de reuniões realizadas para articulação e criação do território nos anos de 2009 a 2014. Também foram realizadas reuniões e conversas informais com representantes do Colegiado territorial.

De posse dessa informação, o NEDET iniciou o seu assessoramento ao Colegiado, junto ao Território Rural, tornando-se um canal de mobilização e socialização da política territorial nos municípios.

Para uma melhor atuação da assessoria NEDET e para compreender a dinâmica produtiva, social e econômica do Território do Vale do Paraíba, foram realizadas visitas em *in loco* aos municípios, com o propósito de identificar e quantificar as potencialidades e fragilidades econômicas e sociais desse território. A metodologia utilizada se deu através de entrevistas semiestruturadas, junto aos membros que representam o Colegiado nos municípios, para quantificar a influência da política territorial para os seguintes indicadores: reforma agrária, Assistência Técnica e Extensão Rural Ater/Ates, organização social, conservação de forragem e processamentos de produtos.

Optou-se por realizar uma pesquisa com dados quantitativos integrados a uma abordagem qualitativa de caráter descritivo. Segundo Babbie (1992) na pesquisa descritiva o pesquisador descreve o que observou, relatando e avaliando as características de uma população ou elemento em estudo.



Figura 1 e 2. Realização de entrevistas junto aos membros do Colegiado dos municípios de Gurinhém e Natuba do Território Vale do Paraíba/PB.

Durante o diálogo com os atores sociais foram atribuídas por eles notas 1, 2 ou 3, para os diferentes eixos abordados, da seguinte forma: 1-ruim; 2-bom e 3-ótimo. Após a aplicação do diagnóstico e conceituação pelos entrevistados, realizou-se a quantificação de notas, sendo submetidos ao Microsoft Excel para a transformação em gráficos e posterior interpretação e discussão dos dados obtidos.

### 3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A abordagem territorial vem sendo utilizada para o planejamento de políticas públicas e orientação de ações voltadas para o desenvolvimento rural de forma integrada desde reforma agrária, assistência técnica, organização social, produção de silagem, processamentos de produtos e outros (ALCÂNTARA FILHO, et al., 2009).

#### 3.1 Reforma agrária

Ao analisar os valores atribuídos à questão agrária, no Território Vale do Paraíba, visualizou-se que no município de Salgado de São Félix, foi atribuída nota 3-ótimo; o município de Gado Bravo foi considerado, pelos entrevistados, bom, nesse quesito, com nota 2; entretanto, os demais municípios: Aroeiras, Fagundes, Riachão do Bacamarte, Juarez Távora, Ingá, Gurinhém, Umbuzeiro, Itatuba, Mogeiro e Natuba atribuíram nota 1. Percebe-se, portanto, que a maioria dos municípios consideraram a questão agrária ruim (Figura 3).

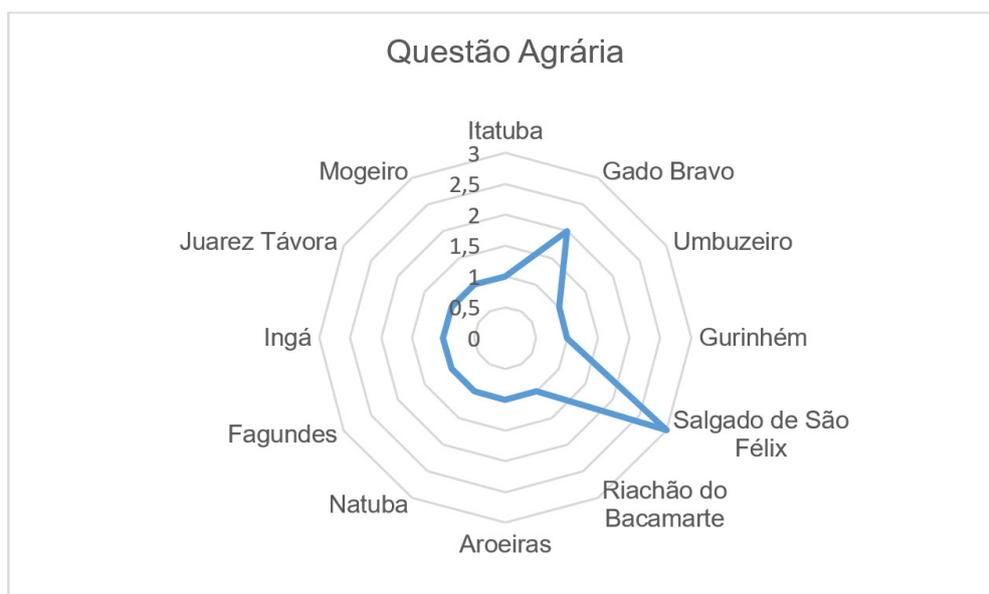


Figura 3. Percepção dos membros do Colegiado para a Questão Agrária do Território Vale do Paraíba/PB.

A nota atribuída a Salgado de São Félix, reflete a conquista da terra pelos agricultores familiares que, na década de 1970, foi palco de uma luta bastante acirrada com os latifundiários do município, para ter garantido o seu direito de permanecer na terra.

Segundo dados do INCRA (2010), o município é constituído por 180 famílias assentadas da reforma agrária. Mas, a luta pela terra é um processo contínuo pois, além da conquista da terra, os agricultores familiares necessitam de políticas públicas e assistência técnica para cultivar e produzir alimentos.

A luta pela terra no município em 1976, foi pela terra onde hoje se localiza o grande Assentamento denominado de Alagamar, que envolve três comunidades: Alagamar,

Maria de Melo e Atas. Atualmente, esse assentamento é considerado o segundo do Estado da Paraíba, está sendo o pioneiro no Projeto Eco Produtivo, desenvolvido pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural-EMATER local. Mais recentemente, no ano de 1995 e 1998 foram formados mais dois Projetos de Assentamento: o Sítio Souza e o Campos, respectivamente (INCRA, 2010).

A maioria dos municípios do Território avaliou a questão da reforma agrária, como ruim. Um dos motivos para essa avaliação é devido ao reconhecimento de que a conquista da terra, pelos agricultores, se deu em uma proporção mínima, não atingido um terço dos agricultores que não dispõem de terra para trabalhar. Segundo os dados do INCRA (2010), além de Salgado de São Félix, o município de Mogeiro apresenta 113 famílias; Juarez Távora, 37 famílias e o município de Aroeiras, 33 famílias assentadas da reforma agrária.

Considera-se pouco, tendo em vista que o Território Vale do Paraíba apresenta uma população maior no âmbito rural. De acordo com os dados do IBGE (2010), dos 143.828 habitantes, 52,66% reside no meio rural, o que corresponde a 75.739 habitantes.

Leite *et al* (2000) afirma que a realização de uma reforma agrária com êxito aconteceria se contemplasse um público maior, fornecendo aos mais pobres, não apenas o acesso à terra, mas também ao crédito, à extensão rural e outros serviços. O que resultaria num maior sentimento de igualdade e justiça social e, desta forma, uma maior disposição dos atores sociais para as mudanças necessárias para o processo, assim chamado, de desenvolvimento.

Entre os entrevistados, 60% desconhece a necessidade de reforma agrária nos municípios, apesar de afirmarem, em sua maioria, que os agricultores não dispõem de terra para trabalhar, necessitando recorrer aos grandes proprietários para trabalhar em contrato de comodatário. Durante a realização do diagnóstico nos municípios, um dos entrevistados, ao ser questionado sobre a existência de problemas agrários, respondeu: “graças a Deus aqui nós não temos esse tipo de problema”.

Porém, nesse mesmo município, visitamos uma comunidade rural na qual o programa de construção de cisternas só pôde construir uma única cisterna pois, apenas uma das casas tinha espaço suficiente para a construção.

A comunidade é formada por famílias que vivem da agricultura e fazem a atividade agrícola por meio de arrendamento de terras de terceiros. As famílias relatam, ainda, que foram despejadas da fazenda vizinha, na qual, por muitas gerações, seus familiares foram trabalhadores. O fato relatado evidencia uma séria questão agrária resultando em exclusão social, pobreza e dificuldade de acesso a políticas públicas mas, que, no entanto, passa despercebida diante dos atores sociais entrevistados naquele município.

Bastante contraditório e preocupante o posicionamento dos entrevistados, abrindo espaço para o debate e uma efetiva mobilização social a partir da política territorial. Segundo Schneider (2004), a discussão sobre reforma agrária no Brasil

tornou-se imperiosa e uma difícil tarefa para se realizar na prática pois, vai além da democratização da terra, fazendo-se necessário colocar em evidência, também, o combate à pobreza e às injustiças sociais.

Outro fator limitante para a reforma agrária é o desconhecimento, por parte da classe menos favorecida, da necessidade de redemocratização das terras, atrelando-se esse fato a algo negativo, fortalecendo, ainda mais, a concentração desse recurso nas mãos dos grandes proprietários.

### 3.2 Assistência Técnica e Extensão Rural

Ao analisar os dados do indicador assistência técnica e extensão rural, observou-se que nos municípios de Salgado de São Félix, Juarez Távora, Ingá, Fagundes e Natuba, os entrevistados atribuíram nota 2, considerando como bom o trabalho desenvolvido pelos prestadores de serviços de ATER/ATES. Enquanto que nos municípios de Itatuba, Gado Bravo, Umbuzeiro, Gurinhém, Riachão do Bacamarte, Mogeiro e Aroeiras, os entrevistados atribuíram nota 1, conceituando como ruim, nesse quesito (Figura 4)

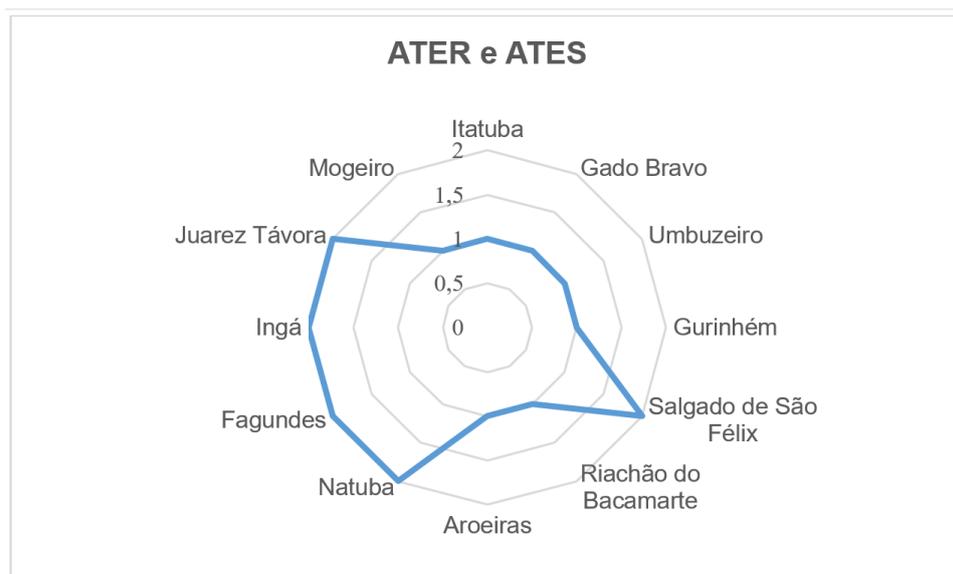


Figura 4. Percepção dos membros do Colegiado para a Assistência Técnica e Extensão Rural Ater/Ates do Território Vale do Paraíba/PB.

Paralelo à posse da terra, há a necessidade de se refletir sobre a assistência técnica e extensão rural no território. Observou-se que na maioria dos municípios, o serviço de ATER acontece de forma tímida, apesar de se encontrar escritórios da EMATER instalados nos municípios e prestadores de serviços de ATEs nos assentamentos rurais.

Em 2004 foi criado o Serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária-ATEs, executado pelo INCRA, visando viabilizar o desenvolvimento dos assentamentos rurais no país, numa ótica de sustentabilidade econômica, social e ambiental (CARVALHO, 2010).

Entretanto, o serviço de assistência técnica é considerado ruim pelos entrevistados de sete municípios do Território, em virtude da ausência desses profissionais nas áreas dos agricultores familiares, dado que reflete no tímido acesso às políticas públicas, principalmente nos mercados institucionais que necessitam de suporte técnico para o planejamento da produção, possibilitando seu desenvolvimento, de forma diversificada e escalonada.

No diálogo com os entrevistados, estes afirmam receber orientação da prestadora de assistência técnica no apoio a projetos, isso quando se dirigem ao escritório da entidade pois, dificilmente, recebem visitas dos técnicos em suas unidades produtivas. Para Alcântara Filho *et al*, (2009) o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural é de fundamental importância tanto na aquisição de projetos como para o desenvolvimento rural e melhoria do bem-estar social do público rural.

Analisando os resultados obtidos, observa-se que a política territorial tem uma grande caminhada pela frente para o empoderamento dos atores sociais, na busca por Reforma Agrária e por uma assistência técnica efetiva, que chegue, realmente, na área do agricultor familiar e possa contribuir positivamente na construção de uma unidade produtiva, diversificada e rentável.

### 3.3 Organização social

De acordo com os dados da Figura 5, que tratam do indicador organização social, observou-se que os entrevistados atribuíram nota 2, conceituando como bom, para os municípios de Itatuba, Umbuzeiro, Gurinhém, Salgado de São Félix, Riachão do Bacamarte, Aroeiras, Fagundes e Juarez Távora. Diferente dos municípios de Gado Bravo, Ingá e Mogeiro que foram avaliados como ruim, pelos entrevistados, para o indicador avaliado. Entretanto, para o município de Natuba, os entrevistados atribuíram nota 3-otimo.

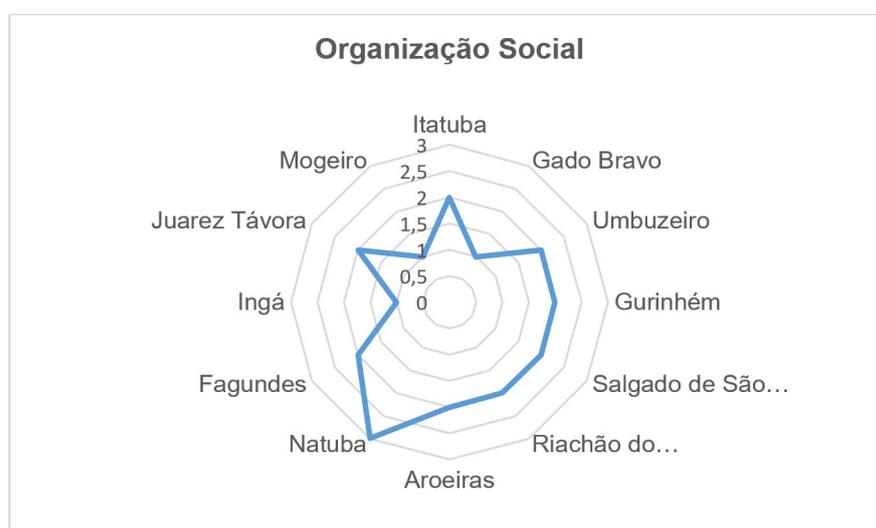


Figura 5. Percepção dos membros do Colegiado para a Organização Social do Território Vale do Paraíba/PB.

Dentro do processo de desenvolvimento territorial, consideramos que organização social é um dos fatores de elevada importância. É necessário haver uma integração dos diversos atores sociais, como agricultores (as), movimentos sociais, assentados (as), pescadores, organizações não governamentais e outros, para um bom desempenho e fortalecimento da agricultura familiar.

No território Vale do Paraíba, a maioria dos municípios considera o nível de organização social bom, com destaque para o município de Natuba, em que os entrevistados conceituaram como ótimo, a nível local.

De acordo com as visitas realizadas nos municípios, o nível de organização social em Natuba se diferencia dos demais devido à existência da COOPERVAN (COOPERATIVA DOS FRUTICULTORES DE NATUBA E REGIÃO LTDA), de processamento de frutas que integra 33 sócios e da Associação Mulheres de Fibras, que inclui mulheres ao artesanato e gera renda para as suas famílias.

Mesmo tendo essas instituições como referência, se observa a necessidade da melhoria na auto organização dos atores sociais do Território, o que cabe a política territorial, de fato, cumprir o seu papel de articulação e mobilização social. Desta forma, a efetividade da política territorial se dá quando os atores locais tomam para si as ações desenvolvidas no território e conseguem se apropriar dos espaços de decisão e discussão, fortalecendo a gestão social da política de desenvolvimento territorial.

Dentro da política territorial existem espaços para articulação, organização, integração e planejamento de ações que contribuam para o desenvolvimento de todo o Território. Espaços que permitem a interação e o diálogo entre os diversos seguimentos que constituem o Colegiado, porém, ainda há grandes dificuldades para sua efetivação, tendo em vista a dificuldade para mobilização e participação nas reuniões e plenárias, como veremos a seguir.

### *3.3.1 Mobilização e Participação nas reuniões e plenárias*

No Território Vale do Paraíba as plenárias devem ocorrer a cada seis meses, trata-se da instância máxima de deliberação do Colegiado, momento no qual são planejadas as prioridades e ações, bem como a construção, elaboração, aprovação e monitoramento de projetos e estratégias para o desenvolvimento do território. Portanto, é o momento decisivo, onde os integrantes do colegiado possuem direito à voz e voto, que dará a tônica da dinâmica do território.

No que diz respeito às reuniões, essas ocorrem no âmbito da coordenação territorial, da coordenação executiva, do núcleo técnico e das câmaras temáticas e comitês setoriais. No Território Vale do Paraíba, a coordenação territorial possui como atribuições coordenar as ações, articular e implementar as decisões do colegiado e deve se reunir a cada dois meses; a coordenação executiva deve elaborar os documentos, convites e relatórios, bem como encaminhá-los às instâncias competentes, devendo se reunir uma vez ao mês; o núcleo técnico é o apoio técnico do colegiado e da

coordenação territorial e as câmaras temáticas e comitês setoriais são formados para tratar de temas específicos de interesse do território.

A mobilização para participação nas reuniões e plenárias ocorre, principalmente, através das ações da assessoria territorial e de alguns membros do colegiado. As ações desenvolvidas acontecem por meio de telefonemas, e-mails, redes sociais e da visita às sedes das entidades/instituições. Com base na experiência como assessoria territorial, percebe-se que a visita é mais efetiva, o contato pessoal fortalece os laços entre os atores sociais do território. Atualmente, devido às tecnologias, não há uma falta de meios de comunicação e a mobilização ocorre através dos vários meios existentes.

Por outro lado, a participação, considerando-se o comparecimento dos membros do colegiado às reuniões e às plenárias, é mais difícil. A dificuldade reside, principalmente, na distância entre os municípios, bem como das comunidades rurais às sedes dos seus respectivos municípios, associadas às condições das estradas e à falta de recursos para transporte e alimentação.

Quando questionados sobre a mobilização, as observações realizadas pela assessoria territorial se confirmaram, a avaliação feita pelos entrevistados foi bastante positiva, visto que dos 52 membros que responderam o questionário, 71,1% avaliaram com notas entre oito e dez, nenhum dos membros participantes avaliaram com notas abaixo de cinco. No entanto, com relação a participação em reuniões e plenárias, observou-se que as notas mais elevadas foram atribuídas apenas à participação nas plenárias, ocorrendo dificuldades para a participação dos membros nas demais reuniões.

Exemplo dessa dificuldade na participação foi constatado na ocasião em que a equipe da assessoria territorial esteve nas três comunidades quilombolas do Território do Vale do Paraíba: Comunidade do Grilo (município do Riachão do Bacamarte), Comunidade Pedra D'água (município de Ingá) e comunidade do Matão (município de Gurinhém). O acesso é bastante difícil, as condições das estradas são péssimas, as pessoas não possuem transportes próprios e recursos financeiros, ficando na dependência do poder público para poderem se deslocar e participar.

Ademais, percebe-se que a participação nas plenárias é mais efetiva do que nas reuniões. Além das dificuldades relatadas acima, o fato de as plenárias ocorrerem com uma menor frequência e maior intervalo de tempo possibilita uma melhor articulação e planejamento para que os membros compareçam. Outro fator que contribui para uma maior participação na plenária é justamente o seu objetivo, tendo em vista tratar-se do momento em que os membros do colegiado possuem voz e voto e onde ocorre a tomada das principais decisões para o desenvolvimento do território.

### **3.4 Conservação de forragem**

Em relação a conservação de forragem observou-se que nos municípios de Itatuba e Juarez Távora, os entrevistados atribuíram nota 3-ótimo. Enquanto que nos

municípios de Fagundes, Aroeiras, Salgado de São Félix, Gurinhém e Umbuzeiro forma atribuídas nota 2-bom; para os demais municípios: Mogeiro, Gado Bravo, Riachão do Bacamarte, Natuba e Ingá, a conservação de forragem para os animais foi considerada ruim, nota 1, (Figura 6).

Apesar do Território apresentar perfil agropecuário, com um rebanho de 84.842 mil cabeças de gado (IBGE, 2013), e contar com o apoio da unidade de pesquisa EMEPA, que trabalha o aprimoramento do gado Girolando, o que vem fortalecendo a genética na região e a produção de leite pelas famílias; a conservação da forragem, na forma de ensilagem, vem sendo utilizado no Território de forma tímida. Apesar de ser uma estratégia essencial no enfrentamento aos períodos de seca, para alimentação animal, devido ao fato de os agricultores não disporem de máquinas, os custos para a produção da ensilagem tornam-se elevados, impossibilitando o uso dessa tecnologia.

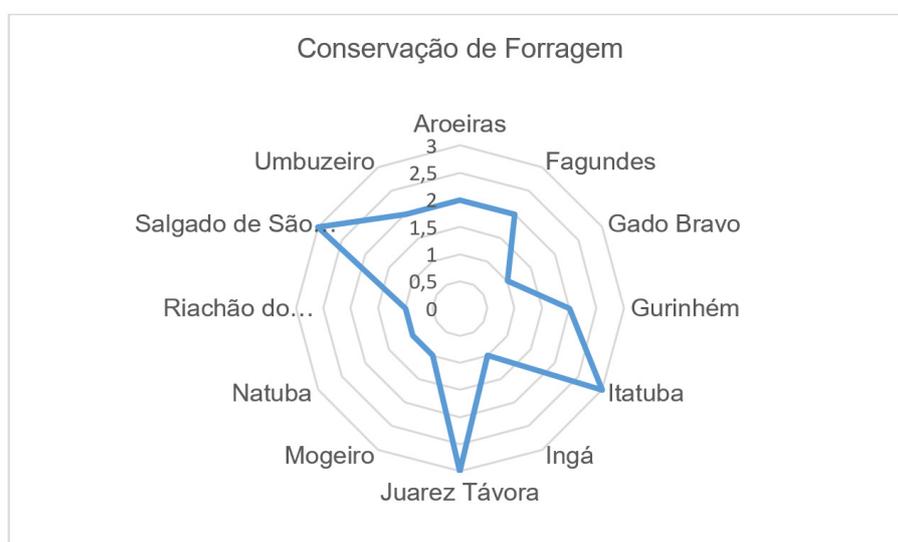


Figura 6. Percepção dos membros do Colegiado para a Conservação de Forragem do Território Vale do Paraíba/PB.

Entretanto, como alternativa à essa situação, os agricultores encontram, na palma forrageira, o alimento para manter os animais nesse período.

Por outro lado, os entrevistados afirmaram que se os custos com as máquinas não fossem tão elevados, produziram a ensilagem, passando a ser encarado como meta, pelo Colegiado Territorial, tornando-se pauta na plenária do Colegiado e eleita como proposta no Programa de Infraestrutura nos Territórios Rurais no ano de 2015. O projeto intitulou-se como “Aquisição de máquina ensiladeira para a formação de estoque alimentar: uma estratégia de convivência com a seca”. Cada município do Território iria receber um Kit de ensiladeira que ficaria sobre a responsabilidade do órgão Colegiado, devendo fazer a gestão das máquinas juntos aos agricultores.

Vale ressaltar que é esse o verdadeiro papel que o Colegiado territorial deve desempenhar no Território, a partir da organização e união dos municípios, através das representações do poder público e da sociedade civil, buscar estratégias que venha a contribuir no desenvolvimento do Território.

### 3.5 Processamento de produtos

Em relação ao processamento de produtos, no Território Vale do Paraíba, observou-se que no município de Salgado de São Félix os entrevistados atribuíram nota 3-ótimo; os municípios de Fagundes, Itatuba e Riachão do Bacamarte atribuíram nota 2 e, os demais municípios: Gado bravo, Gurinhém, Ingá, Juarez Távora, Mogeiro, Natuba e Umbuzeiro, nota 1, ruim, nessa questão (Figura 7).

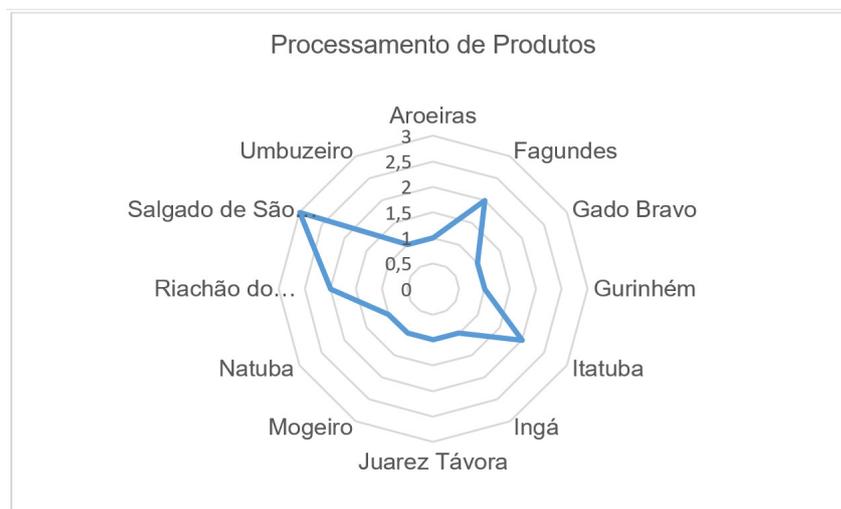


Figura 7. Percepção dos membros do Colegiado para o Processamento de Produtos do Território Vale do Paraíba

Compreende-se que o processamento de produtos é uma grande oportunidade para a agricultura familiar, para aproveitamento de todos os recursos disponíveis. Porém, nem sempre isso acontece devido à necessidade de estratégias coletivas de organização para aquisição de utensílios, equipamentos e máquinas. Segundo relato dos entrevistados, os produtos mais processados no Território são: leite de vaca, para a produção de queijo de coalho que ocorre de forma individual, pelas famílias, e a produção de polpa de frutas que se dá de forma coletiva através da Cooperativa COOPERVAN, localizada no município de Natuba, atendendo, atualmente, os agricultores do município; mas que, segundo o presidente da cooperativa, tem condições de absorver a produção de frutas de outros municípios do Território.

O principal entrave citado pela cooperativa e pelos agricultores familiares gira em torno da inspeção, que limita o acesso ao mercado e as mercadorias. Os agricultores, em sua maioria, comercializam produtos *in natura* em feira livre ou nos mercados institucionais (Programa Nacional de Aquisição de Merenda Escolar e Programa de Aquisição de Alimentos). Estes meios de comercialização foram criados para oportunizar aos agricultores a inserção de produtos de qualidade na merenda escolar, no entanto, possuem normas de sanidade que o pequeno agricultor ainda não está preparado para se adequar, levando-os a ofertar poucos produtos.

A realidade dos agroecossistemas familiares dispõe de uma diversidade de produtos que poderiam ser ofertados aos mercados institucionais, no entanto, acabam

por esbarrar na inspeção, devido ao fato de que os produtos minimamente processados necessitam serem inspecionados pelo Sistema de Inspeção Municipal-SIM.

Ressalta-se, também, que existe pouco interesse da parte dos gestores municipais do Território, pois a criação e regulamentação do SIM depende inteira e exclusivamente dos poderes legislativo e executivo dos municípios; Contudo, apenas o município de Itatuba possui o SIM devidamente regulamentado e em funcionamento, os demais municípios até criaram, porém não foram regulamentados. Esse dado é lamentável e funciona como verdadeiro obstáculo para o desenvolvimento da economia local.

É impossível pensar em desenvolvimento do Território sem a participação e comprometimento total dos gestores municipais com a política territorial e, principalmente, com as políticas públicas voltadas para os agricultores familiares responsáveis pela produção de alimentos que movimenta as feiras livres, os mercados locais e, sobretudo, a economia, gerando renda para as famílias e para os municípios.

#### 4 | CONCLUSÃO

Nota-se que abordagem territorial é recente e existe uma falta de compreensão, dos atores sociais, sobre o significado da proposta, dificultando sua atuação enquanto verdadeiros protagonistas de mudanças sociais.

Além disso, a partir do trabalho como assessoria territorial, participação em reuniões, plenárias, visitas *in locu* nos municípios do território e das entrevistas realizadas, foi possível observar que o Colegiado, possui uma alta rotatividade de seus membros, dificultando o debate dos temas, o repasse de informações e a manutenção de suas ações. Percebeu-se, ainda, que o principal fator causador dessa alta rotatividade é a mudança constante dos representantes do poder público, devido às mudanças de governo.

Ao mesmo tempo, observa-se que a constituição da identidade territorial encontra-se em fase de transição, do municipal para o territorial, viabilizando apenas a junção dos municípios para o compor o território rural e cumprir a etapa na efetivação da política pública.

A falta de participação das pessoas que compõem o Território também é reflexo dessa falta de conhecimento sobre a política. A grande distância entre os 13 municípios que compõem o Território do Vale do Paraíba e, tendo em vista que o Colegiado não possui recursos próprios para arcar com o deslocamento das pessoas, prejudicam o comparecimento nas reuniões e plenárias e, conseqüentemente, o compartilhamento das demandas e a tomada de decisões a respeito das mesmas.

No entanto, embora o colegiado encontre diversas dificuldades, percebe-se que as pessoas possuem interesse em participar, avaliam o colegiado como importante para o desenvolvimento do território, afirmam que houve benefícios e desejam a sua continuidade. Desta forma, percebe-se que a política territorial tem possibilidade de

funcionamento, uma vez que haja uma discussão para implementação de ações que a viabilizem, buscando soluções para as dificuldades apresentadas. Há, ainda, muitas possibilidades de aprendizado com experiências de outros territórios, de sua própria gestão e com o auxílio da assessoria territorial, avaliada como imprescindível para o funcionamento do colegiado.

Tendo em vista as dificuldades encontradas para realização do presente trabalho, como a distância entre os municípios e o entendimento sobre a política territorial e seu colegiado, identificamos que se faz necessária uma fonte de recursos própria, a fim de que o deslocamento e a alimentação das pessoas sejam viabilizados. Além disso, percebeu-se que o papel da assessoria territorial se apresenta como imprescindível para o repasse de informações sobre as ações do colegiado e para que as pessoas do território possam compreender o que é a política territorial e como acessá-la; identificando as metodologias participativas como instrumento que possibilita melhor diálogo e envolvimento entre a equipe da assessoria e a comunidade.

Com isso, é necessário observar o território não apenas como uma demarcação geográfica e política, mas como uma construção social que requer tempo para assimilar, de fato, a política e manifestar as forças sociais “inertes”.

Espera-se que a partir do entendimento da política territorial, os atores sociais terão condições de discutir e organizar ações que possam promover políticas efetivas de: reforma agrária, assistência técnica, organização social, conservação de forragem e processamentos de produtos entre outras e buscar alternativas de mudanças junto aos governantes. Esse fato começou a se concretizar com a aprovação da proposta PROINNF em 2015 que foi uma demanda levantada pelo Colegiado mediante as necessidades do território.

Entretanto, diante do quadro de incertezas nas políticas públicas, essa conquista do território está seriamente ameaçada, apesar de ter sido aprovado a sua execução não aconteceu. Fica evidente que em defesa de uma política territorial e garantia dos direitos conquistados, implementados em forma de políticas públicas, ganha força o grito “em prol de um governo popular”, pois a democracia passa pela participação social nos espaços decisórios, por um governo que atenda as demandas do povo e pautar reformas estruturais, como a reforma agrária e a inclusão social, elaborando estratégias de desenvolvimento dos territórios.

Como, até então, o Estado vinha contribuindo para a afirmação da política territorial como estratégia para promoção do desenvolvimento, em um território que não adquiriu uma dinâmica de funcionamento autônomo, e ainda se apresenta com muita dependência da equipe de articulação, como o caso aqui analisado; é preocupante pensar o futuro desse território na ausência de um governo que não preze pela participação popular nas decisões colegiadas, ou que se negue a compreender a importância do protagonismo dos atores locais nas decisões sobre os caminhos para melhoria das condições socioeconômicas do território onde vivem.

Não só a política em si, mas todo um processo de formação social que contribua

para a promoção do protagonismo dos atores locais, dentro dessa nova situação, encontra-se seriamente ameaçado. Desta forma, percebe-se que a discussão sobre o cenário político, sobre as políticas públicas existentes e que se encontram ameaçadas, análises de conjuntura, são imprescindíveis para a compreensão da importância de espaços como o colegiado pois, nesses espaços há a possibilidade de diálogos e troca de conhecimento, de se fazer avaliações da realidade do território, de se pensar em ações capazes de mudar essa realidade e de fortalecer o coletivo, criando um espaço propício para cobrar a manutenção dos direitos conquistados e reivindicar para que os direitos assegurados pela Constituição Federal do Brasil sejam, de fato, efetivados.

## REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA FILHO, J. L.; SILVA, M. G.; SILVA, S. P. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural: uma análise a partir do Território Rural Baixo Jequitinhonha**. Perspectivas em Políticas Públicas, Belo Horizonte, vol. II, N° 3, P. 24-44, 2009.

BAPTISTA, F.O. **Agriculturas e territórios**. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 2001. 207 p.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável para o Brasil**. Brasília: MDA/SDT, 2005.

BRASIL. **Colegiados Territoriais: Guia para a Organização Social dos Territórios**. Série Documentos de Apoio, n. 5. Brasília: SDT/MDA, 2010a.

BABBIE, E. **The practice of social research**. 6° ed. Belmont, CA: Wadsworth. 1992.

CENSO DEMOGRÁFICO 2000: **Documentação dos microdados da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. CD-ROM.

CARVALHO, F. P. **Assentamentos de Reforma Agrária e perspectivas de desenvolvimento rural: um estudo de caso**. 2010. Monografia. (Departamento de Administração e Economia) Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais-MG, 110p.

GERALDI, J. **Análise conceitual da política de territórios rurais: O desenvolvimento Territorial Rural no Brasil**. Revista Planejamento e Políticas Públicas, Brasília-DF, n. 39, p.156-185, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Censo Demográfico, 2010**. Acesso em <http://www.ibge.gov.br> em 04 de março de 2015.

IBGE. Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal do ano de 2013**. Acesso em <http://www.ibge.gov.br> em 04 de março de 2015.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Assentamentos Rurais, 2010**. Acesso em: <http://www.incra.gov.br> em 05 de março 2015.

LEITE, S. P.; ÁVILA, R. V. **Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas**. Revista de Economia Sociologia Rural, v.45, n.3, Brasília, p.29, 2007.

MIRANDA, A. A. B. **O conceito de Território e as recentes políticas de desenvolvimento rural e suas contradições no Estado do Maranhão.** Revista de Políticas Públicas, São Luís-PI, v.16, n.1, p. 123-132, 2012.

MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. **Desenvolvimento em (des)construção.** Tese (Doutorado)- Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

MDA/SDT. **Marco Referencial para o apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais.** Documentos Institucionais, 02, 2005.

SOUZA, A. L. **Política Pública de Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial.** Mercado de Trabalho, nº 52, p.64-70, 2012.

SCHNEIDER, S. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas ligações externas.** Revista Sociologias, Porto Alegre, v.6, n. 11, p.1-38, 2004.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-019-3

